

# OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA NO DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA.

## RESUMO

Danielle Borges de Oliveira <sup>1</sup>

Jacer Roberto do Prado <sup>2</sup>

A exclusão de pessoas com deficiência física sempre foi algo corriqueiro nas escolas, tanto a nível mundial, quanto a nível de país, principalmente dentro das escolas públicas. Tal fator tem sido motivo de preocupação, por parte de pais, professores e demais atores da educação, uma vez que atos de agressividade e preconceito advindos de uma parcela de alunos afastam as crianças com deficiências e/ou limitações, que por tal motivo tendem a reprimir-se cada vez mais, buscando como alternativa o isolamento, fator que impede, de certa forma, seu desenvolvimento. Por esse motivo buscou-se, à partir de pesquisa bibliográfica, destacar a melhoria no desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais através da prática de atividades físicas, acreditando que a exploração de possibilidades de entrosamento e desenvolvimento motor e cognitivo possam ser trabalhadas especialmente nas aulas de educação física desde as séries iniciais. Dando importância ao tema, o estudo foi feito com intuito de analisar e identificar possíveis problemas no desenvolvimento motor de pessoas com necessidades especiais, e como a educação física pode interferir de forma positiva na vida dos mesmos. A prática de atividades motoras permite ao PCD (Pessoa com deficiência) testar suas potencialidades, força, coordenação, além de proporcionar a integração social do indivíduo. Este artigo trata, portanto, da influência do professor de educação e das atividades desenvolvidas em

---

<sup>1</sup> Aluna do 6º Semestre do Curso de Educação Física da Faculdade EDUVALE.

2 Professor do Curso de Educação Física da Faculdade EDUVALE; Especialista em Educação do Campo e Sustentabilidade pelo IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso; Graduado em Letras pela FEF– Fundação Educacional de Fernandópolis. E-mail: [jacerprof@gmail.com](mailto:jacerprof@gmail.com)

suas aulas, levando em consideração a frequência desses alunos e apoio de seus pais.

**Palavras-chave: PCD. Inclusão. Educação Física.**

#### ABSTRACT

The exclusion of people with physical disabilities has always been commonplace in schools, both globally and at country level, especially within public schools. This factor has been a source of concern for parents, teachers and other actors in education, since acts of aggression and prejudice from a group of students distract children with disabilities and / or limitations, which tend to to repress themselves more and more, seeking as an alternative the isolation, a factor that somehow prevents its development. For this reason, it was sought, based on bibliographical research, to highlight the improvement in the development of people with special needs through the practice of physical activities, believing that the exploration of possibilities of integration and motor and cognitive development can be worked especially in classes physical education since the initial grades. Giving importance to the theme, the study was designed to analyze and identify possible problems in the motor development of people with special needs, and how physical education can interfere in a positive way in their lives. The practice of motor activities allows the PCD (Person with disabilities) to test their potential, strength, coordination, and provide social integration of the individual. This article therefore deals with the influence of the teacher of education and the activities developed in his classes, taking into account the frequency of these students and the support of their parents.

Keywords: PWD. Inclusion. PE.

#### INTRODUÇÃO

O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto à socialização do homem. A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas. (MACIEL, 2000).

Assim como relata Maciel, a exclusão de pessoas com deficiência física sempre foi algo corriqueiro nas escolas, tanto a nível mundial, quanto a nível de país, principalmente dentro das escolas públicas. Tal fator tem sido motivo de preocupação, por parte de pais, professores e demais atores da educação, uma vez que atos de agressividade e preconceito advindos de uma parcela de alunos afastam as crianças com deficiências e/ou limitações, que por tal motivo tendem a reprimir-se cada vez mais, buscando como alternativa o isolamento, fator que impede, de certa forma, seu desenvolvimento.

O intuito do presente artigo é buscar meios e incentivar a inclusão de crianças com deficiência de forma igualitária no meio escolar, podendo assim atuar como meio de desenvolvimento primordial no crescimento e desenvolvimento cognitivo e motor dos mesmos. A educação física nas escolas deve ser compreendida muito além de esporte, o papel da educação física enquanto disciplina escolar deve proporcionar a todos os alunos, sem distinção, os mais variados benefícios e ter como um dos principais objetivos, a inclusão.

O estudo foi feito através de pesquisa bibliográfica, comparando a situação desde seus primeiros casos até os dias atuais.

## METODOLOGIA

O artigo em questão será realizado de maneira bibliográfica e quantitativa, ou seja, realizando análises dentro do contexto, cruzando-os com diferentes textos, de diferentes autores.

Como procedimentos metodológicos fizemos um estudo bibliográfico de vários autores, como Abramovay, Brotto e Lima, que demonstram os pontos de tensão, bem como suas alternativas de melhorias através da cooperação.

Pontes (2005) defende que a pesquisa bibliográfica objetiva aprofundar o conhecimento acerca do objeto de estudo, sendo assim, essa pesquisa tem por objetivo trazer à nossa realidade a discussão acerca da violência no cotidiano escolar e suas implicações para com o aprendizado que o educando levará por toda a sua vida.

## DESENVOLVIMENTO

A inclusão de pessoas com deficiência sempre foi um assunto enfrentado com muita dificuldade, tanto dentro das escolas, quanto diante da sociedade de um modo geral.

O pensamento moderno age de forma copiosa e medieval em relação à inclusão dos deficientes. Alguns enxergam-nos como coitados que sofreram com dependência de elementos e/ou pessoas até o fim de suas vidas, outros os veem como pessoas que não são capazes de exercer suas funções como outras pessoas, ditas normais e existem ainda aqueles que defendem que as pessoas com deficiência devam apenas estudar em escolas especializadas, que supram suas deficiências, sem ao menos levar em conta que esses indivíduos são tão ou mais capacitados quanto os seres ditos regulares.

Pensando nisso, esse artigo busca refletir meios para inclusão dessas crianças, através das aulas de educação física, independentemente de suas limitações, não sendo, portanto, um produto final, apenas parte do processo de discussão que busca incluir os educandos deficientes, a fim de obtermos uma sociedade, fruto da justiça e igualdade. Longe de ser a solução de todos os problemas, o mesmo objetiva trazer à luz outro viés acerca do que já foi proposto por outros autores.

As aulas de educação física devem ser planejadas para atender a todos os alunos, com deficiência ou não. O professor deve saber adaptar suas aulas e reconhecer que alunos com deficiência tendem a ser menos ativos por conta de que na maioria das vezes, além da sua limitação física ou intelectual, nunca foram inseridos em aulas que de alguma forma despertariam suas habilidades na medida do possível, o que seria um fator

A tempos a educação física vem tomando o seu devido lugar na sociedade, sendo vista como atividade de suma importância na vida do ser humano, desde a infância até a velhice. A educação física pode contribuir desde a formação do indivíduo, seja ele no pessoal ou no físico, quanto na sua reabilitação.

A Educação inclusiva enfatiza a necessidade de integrar todas as crianças com necessidades em escolas regulares, inclusive as crianças com necessidades especiais e para que os educadores possam receber essas crianças é lógico que teremos de ter uma Pedagogia voltada e centrada na criança, que atenda a todos sem discriminação e sem a colocação de obstáculos que possam comprometer o processo de ensino-aprendizagem (SOARES, 2006).

O profissional deve não apenas ter como base a teoria, mas vivenciar toda ela na pratica. O professor deve trazer tal realidade a todos os alunos, sejam eles deficientes ou não, abordando o tema sempre que possível em suas aulas.

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 5 - 6).

A escola na maioria dos casos se torna palco de violência contra crianças com deficiência e diante disso , pais e professores devem intervir. A aceitação dessas crianças começa com a família, que vem trabalhando desde o início a inclusão dos mesmos. Professores devem ter um relação bastante próxima com os

pais dos alunos com deficiência promovendo melhores resultados em seu desenvolvimento.

Os pais devem opinar de forma sã na educação escolar, podendo cobrar da instituição uma didática de qualidade para tratar PCD, de forma que sua aprendizagem seja tão significativa quanto as demais crianças.

Uma escola comum só se torna inclusiva depois que se reestruturou para atender à diversidade do novo alunado em termos de necessidades especiais (não só as decorrentes de deficiência física, mental, visual, auditiva ou múltipla, como também aquelas resultantes de outras condições atípicas), em termos de estilos e habilidades de aprendizagem dos alunos e em todos os outros requisitos do princípio da inclusão, conforme estabelecido no documento, 'A declaração de Salamanca e o Plano de Ação para Educação de Necessidades Especiais'. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA)

Ainda segundo os mesmos Parâmetros Curriculares Nacionais, um dos princípios da Educação Física é o florescimento da cultura corporal, que busca reverter o paradigma da existência de indivíduos aptos ou inaptos para as atividades que envolvem a prática corporal, criando assim o respeito às diferenças.

Nesse contexto, a Educação Física pode significar melhorias para a sua qualidade de vida, por proporcionar prazer e ser entendida como uma prática que não desconsidera sua deficiência e seus limites, mas sim, evidencia a sua eficiência e possibilidade.

Outro fator determinante na criação de uma educação inclusiva é a criação do cooperativismo dentro das práticas educativas de educação física. O ato de criar um espaço lúdico em que os indivíduos não joguem para vencer e demonstrar-se superiores aos demais é de um ganho social enorme. Faz-se necessário que os alunos aprendam que não haja vencedores ou perdedores, mas sim indivíduos unidos para um bem comum.

Ademais a busca por um espaço físico que não seja estressante ao deficientes físicos deve ser levada em consideração, locais planos e amplos, iluminados e com possibilidade maior de maior circulação como pátios e quadras

são perfeitos para essas práticas, uma vez que supera parcelas significativas das limitações dos alunos com deficiência.

Ao professor cabe, antes de mais nada, buscar incluir o aluno, não apenas adaptar as atividades propostas nas aulas de educação física. Ao adaptar as aulas, os mesmos acabam por crer que incluem os educandos com deficiência, porém, fato é que, nem há inclusão, nem participação real do aluno. Adaptar nada mais seria que otimizar as aulas aos alunos regulares, simplificando regras e criando espaços com mobilidade simples e rápida, porém que em nada contribuem aos educandos com deficiência. Incluir vai além, o ato de incluir faz com que não apenas se modifiquem regras, mas sim os objetivos dos jogos como um todo, faz com que os alunos deficientes e regulares quebrem os paradigmas de jogos pré-determinados e vislumbrem algo novo e real. Isso faz com que haja efetivo aprendizado no âmbito do cooperativismo escolar.

Assim sendo, professores e alunos necessitam mudar seus paradigmas juntos, apenas assim haverá inclusão dentro das aulas de educação física.

## CONCLUSÃO

Incluir ainda é um grande desafio nas escolas, tanto de ensino público, quanto privado, entretanto não é uma tarefa utópica, é real e as aulas de educação física muito podem contribuir para que isso ocorra. Além disso, a presença dos responsáveis, em forma de acompanhamento da criança também se torna um dos fatores primordiais da inclusão social.

Desenvolver-se, no quesito inclusão, quanto ao deficiente físico é muito mais que estar em uma sala de aula a adquirir conteúdos, desenvolver-se é, antes de tudo, estar preparado para a vida em sociedade, de forma plena e saudável.

Portanto, cabe ao educador físico, através de jogos cooperativos e inclusivos, desenvolver o ser plenamente, preparando-o não apenas para vencer jogos e sim para criar um cidadão vencedor socialmente, consciente de seus direitos e deveres e incluído de forma efetiva a fim de tornar a sociedade mais justa e que tenha pessoas capazes de interagir de forma a torna-la mais igualitária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 agosto 2009

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 julho 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

CANOTILHO MM. **A integração de crianças portadoras de deficiência física no ensino regular segundo a perspectiva de seus pais.** Rev Bras Educ Espec. 2002;8:15-26.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha: UNESCO, 1994. Disponível em: <[http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf)>. Acesso em 12/11/2010.

\_\_\_\_\_. E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES. 2002

**DEFICIÊNCIA, Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência : SNPD – SDH-PR, 2014.**

LIMA, T. M. S.; DUARTE, E. **Educação Física e a Escola Inclusiva**. In: Temas em  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA. DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.  
**Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília,  
Art. 5º, p. 70, 2002.

RODRIGUES, D. "**A educação física perante a educação inclusiva: reflexões  
conceptuais e metodológicas**". *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação  
Física* - Universidade Técnica de Lisboa Faculdade de Motricidade Humana  
Departamento de Educação Especial e Reabilitação, v. 24/25, p. 73-81, 2003.